

DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM SÃO PAULO ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XXI
DEINDUSTRIALIZATION IN SÃO PAULO UNTIL THE BEGINNING OF THE 21ST
CENTURY

Daniel Pereira Sampaio¹

Carlos Raul Etulain²

Resumo: Realiza-se um estudo sobre a ocorrência de desindustrialização no estado de São Paulo no início do século XXI. Utiliza-se de indicadores clássicos de desindustrialização para o estado de São Paulo e suas principais microrregiões. Argumenta-se que São Paulo, principalmente sua capital e região metropolitana, tem papel central na explicação da desindustrialização brasileira por ter o maior e mais diversificado parque industrial nacional e papel central nas articulações produtivas e regionais. Conclui-se que a economia paulista continua a ser o principal centro econômico do país, passando por transformações em sua estrutura produtiva e reconfiguração de sua capital e região metropolitana frente aos avanços do padrão de acumulação financeira.

Palavras-chave: desindustrialização; indústria de transformação; economia paulista; desenvolvimento econômico; desenvolvimento regional.

Abstract: This is a study about the occurrence of deindustrialization in the state of São Paulo/Brazil at the beginning of the 21st century. Using the historical-structural method, classical deindustrialization indicators are presented for the state of São Paulo and its main microregions. It is argued that São Paulo, especially its metropolitan region, plays a central role in explaining Brazilian deindustrialization by having the largest and most diversified national manufacturing park and central role in productive and regional articulations. It is concluded that São Paulo's economy remains the main economic center of the country, undergoing changes in its productive structure and reconfiguration of its capital and metropolitan region in the face of advances in the pattern of financial accumulation.

Key words: deindustrialization; manufacturing industry; São Paulo state economy; economic development; regional development.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Departamento de Economia da UFES. Contato: daniel.sampaio@ufes.br.

² Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas e coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP. Contato: carlos.etulain@fca.unicamp.br.

1. Introdução

Neste início de século XXI o tema da desindustrialização no Brasil tem despertado interesse em nossa sociedade. A desindustrialização pode ser compreendida como a redução no longo prazo do valor adicionado da indústria de transformação em relação ao produto interno bruto (PIB)³, chamado de grau de industrialização, em determinado espaço econômico (Akyuz, 2005; Tregenna, 2009). A discussão sobre a desindustrialização no Brasil, de forma mais sistematizada, teve suas origens a partir de Unctad (2003). A partir deste estudo uma agenda de pesquisa foi aberta para rediscutir a questão produtiva centrando os argumentos em variáveis e indicadores macroeconômicos e setoriais (Oreiro e Feijó, 2010; Squeff, 2012; Cano, 2014)⁴.

O debate avançou, porém com limitadas contribuições sobre o entendimento das relações entre indústria e território em tempos de desindustrialização. Para o avanço na compreensão deste processo propõe-se, em primeiro lugar, um balanço dos alcances e limites da industrialização brasileira e o papel do estado de São Paulo, principalmente de sua região metropolitana em perspectiva histórica.

Segundo Furtado (1992) a industrialização brasileira é entendida como a constituição de um sistema econômico nacional, ou seja, à construção de articulações produtivas, comerciais e regionais, com crescimento industrial e diversificação produtiva, sob hegemonia paulista, que teve suas origens a partir da década de 1930 por meio do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI). O esgotamento deste modelo ocorreu em meados dos anos 1980, o que remonta à crise fiscal e financeira do Estado, e avançou nos anos 1990 (abertura comercial, financeira e privatizações) e após o Plano Real (Cano, 2014).

O grau de industrialização no Brasil teve seu ápice em 1985, quando atingiu 35,9%, e, desde então, houve tendência de queda, sendo que o menor valor foi obtido em 2019 (9,2%)⁵, o que equivale a uma redução total de 74,4% em 34 anos. Em termos de comparação internacional trata-se um dos processos de desindustrialização mais intensos no mundo (Sampaio, 2015; Arend, 2014).

Desde de a década de 1970 se registra uma tendência de redução do peso da região metropolitana de São Paulo (RMSP) na produção manufatureira total, num processo que acompanhou a interiorização do desenvolvimento paulista (Seade, 1988). A desconcentração produtiva deixou de ser virtuosa nos anos 1980, quando não mais foi acompanhada de crescimento econômico e diversificação produtiva (Cano, 2008). Ademais, desde o início da atual década de 2010 observa-se

³ Na ausência deste indicador é possível utilizar a redução do emprego da indústria de transformação em relação ao emprego total.

⁴ Para um balanço das diferentes leituras da desindustrialização do Brasil sugere-se Sampaio (2015).

⁵ Dados em valores nominais a partir do Ipeadata (Contas Nacionais Anuais e Contas Nacionais Trimestrais).

uma tendência à redução absoluta do valor da produção e do emprego manufatureiro no país, que tem maiores implicações sobre a economia paulista, que, apesar da desconcentração produtiva, ainda detém o maior e mais diversificado parque industrial e relevante papel nas articulações produtivas regionais.

A desindustrialização, portanto, pode ser entendida como uma desarticulação do sistema econômico nacional com impactos regionais diferenciados. Se na ISI a economia paulista teve papel central, pode-se inquirir: como ela afetou e foi afetada no processo de desindustrialização? Em tese, a desarticulação do sistema econômico nacional enfraqueceu o papel de conexão entre os departamentos industriais e suas conexões intra e intersetoriais que a economia paulista comandava, sendo que regiões industrialmente dinâmicas passaram a articularem-se mais diretamente no exterior, deixando de gerar laços de “solidariedade regional”.

Para alcançar os objetivos propostos o artigo se divide em três seções. Na primeira, é realizado um balanço do processo de industrialização na economia brasileira, realçando o papel de São Paulo. Na segunda, é discutido o esgotamento do processo de industrialização e seus impactos sobre as articulações regionais. Na terceira, por sua vez, são apresentados dados de produção, emprego e comércio exterior da economia paulista, afim de avaliar, a partir da escala microrregional, o desempenho econômico manufatureiro desta região. Por fim, seguem as considerações finais.

2. Alcances e limites da industrialização brasileira e o papel da economia paulista⁶

Antes que se avance sobre a compreensão do processo de desindustrialização faz-se necessário a compreensão sobre a industrialização. A industrialização brasileira teve suas origens na “mudança do centro dinâmico” na década de 1930 (Furtado, 2007) estando relacionada com os desdobramentos das relações econômicas do complexo cafeeiro capitalista do oeste paulista (Cano, 2007). Houve, nesta época, uma mudança do padrão de acumulação interno, tendo-se a partir daí a reprodução endógena do capital. Por ser amparada em bases técnicas e financeira frágeis foi uma “industrialização restringida” no período de 1930 a 1955.

O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender inicialmente a uma demanda cativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que esse incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento **endógeno** de acumulação” (TAVARES, 1998, p. 133).

⁶ Esta seção centra-se na discussão da industrialização brasileira pela interpretação do “capitalismo tardio”. Para diferentes leituras industrialização brasileira ver Suzigan (1986) e, Saes (1989).

No início do século XX o Brasil já apresentava produção industrial, seja em sacarias de juta, máquinas de beneficiamento de café, oficinas de reparação para estradas de ferro, alimentos e bebidas, tecidos, e alguns bens capitais, como cimento, etc⁷. Houve, inclusive, uma crise de sobreacumulação industrial nos anos 1920. Porém, após a década de 1930, o mercado interno passou a ser o principal eixo dinâmico da economia, sendo puxado pelo setor manufatureiro, superando o modelo “primário-exportador” em direção ao “urbano-industrial” (Cano, 2007; Mello, 2009). A partir do exposto evidencia-se a diferença entre crescimento industrial e industrialização.

Apoiado em uma base regional de acumulação, o processo de industrialização teve papel central na articulação urbano-regional e migratória no país, principalmente após a segunda metade da década de 1950. A liderança de São Paulo na integração do mercado nacional⁸ se deu com aumento da concentração industrial e com avanços na diversificação produtiva. Além disso, esse período ficou marcado por: i) acentuação dos “desequilíbrios regionais”, quando se evidenciou elevadas disparidades regionais no país em termos de indicadores de crescimento e desenvolvimento; ii) as grandes secas no Nordeste⁹ iii) constituição da “ossatura material” do Estado iv) deslocamento do eixo político para o interior do país, com a construção de Brasília (Cano, 2007b).

A partir do “Plano de Metas” (1955-1961) consolidou-se a “industrialização pesada”, tendo início a internacionalização produtiva, a qual foi puxada pela indústria de bens de consumo duráveis, particularmente a indústria automobilística. O avanço da diversificação produtiva no Brasil teve ligação direta com o movimento de expansão dos oligopólios internacionais no pós-guerra. Este avanço foi apoiado pelo capital nacional, com participação ligada mais a órbitas de valorização do capital de seu interesse. Sobre as cláusulas do pacto entre distintos capitais Lessa e Dain (1982, p. 221-222) argumentaram que:

“A primeira dispõe, como reservas para os capitais nacionais, das órbitas de seu interesse crucial, como frentes de valorização. Tais órbitas são não-industriais e, entre elas, as filiais estrangeiras industriais não poderão diversificar as inversões. A segunda estabelece uma regulação quanto à participação horizontal da massa de lucros do capitalismo associado. A rentabilidade das órbitas do controle do capital nacional não será inferior à órbita industrial. A existência do pacto exige algo do Estado: que seja seu gestor. (...) a função do gestor do pacto é fundamental para a reprodução do pacto do capitalismo associado e a manutenção da ‘sagrada aliança’”.

⁷ Deve-se considerar também a importância de setores relevantes da economia paulista que estavam ligados ao complexo cafeeiro, tais como: agricultura mercantil de alimentos, setor bancário e financeiro, construção civil, entre outros (Cano, 2007).

⁸ Segundo Cano (2007b, p. 189): “(...) ao integrar-se no mercado, com ausência de barreiras protecionistas, pode-se ganhar na competição de determinados produtos, mas não de todos; participar do ‘mercado nacional aberto’ significa também ‘abrir o mercado regional’. Dessa forma, a integração proporcionaria *efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e, até mesmo, de destruição*” (grifos do autor).

⁹ Fato que motivou novas percepções e atuação estatal em relação às políticas de desenvolvimento regional no Brasil. Em relação ao debate do processo histórico e debates atuais da questão regional no Brasil ver, respectivamente, Cano (2002) e Monteiro Neto e Brandão Org. (2017).

A desaceleração cíclica na década de 1960 gestou as condições para o início do “milagre econômico” (1968-1973). Se até 1971 o “milagre” pode ser explicado pela utilização de capacidade ociosa, nos anos seguintes observou-se aceleração do investimento, principalmente privado com elevação do endividamento externo, aproveitando-se da liquidez internacional, porém, sem consolidar mudanças na estrutura produtiva (Serra, 1982).

O esgotamento do “milagre” e o primeiro choque do petróleo (1973) levou a nova desaceleração, onde optou-se pela estratégia de “ajuste estrutural” (Hermann, 2011) por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Entendido como “megalomaniaco”, resultou numa nova modernização da estrutura produtiva nacional, com a incorporação de setores de bens intermediários e bens de capital, com avanços no endividamento externo, neste momento puxado por empresas estatais. Além disso, buscou reduzir a concentração industrial em São Paulo, por meio de investimentos direcionados pelo capital nacional (privado e estatal) fora do estado de São Paulo (Lessa, 1998).

Entre 1970 e 1980 houve redução da concentração industrial em São Paulo, porém com elevadas taxas de crescimento e diversificação produtiva na economia nacional. Nesse sentido, pode-se falar em uma desconcentração produtiva virtuosa (Cano, 2008). Ela se deu com o avanço das complementaridades regionais e setoriais (intra e interdepartamentais), com aumento da complexidade econômica nacional. Conforme tabela 1, a tendência de redução do peso da economia paulista persistiu nas décadas seguintes, porém de forma qualitativamente distinta.

Tabela 1 – Participação no PIB e no Valor de transformação industrial (VTI) das regiões brasileiras e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (em %)

Região	PIB (% total do Brasil)						
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Norte	1,7	2,2	2,2	3,2	4,9	4,4	5,3
Nordeste	14,6	14,8	11,7	12,0	12,9	12,4	13,5
Sudeste	65,7	62,8	65,5	62,4	58,8	58,3	55,4
SP	36,7	36,8	40,7	38,7	35,7	33,5	33,1
Sul	16,3	17,8	16,7	17,0	18,2	16,5	16,5
Centro-Oeste	1,8	2,4	3,9	5,4	5,2	8,4	9,3
Região	VTI – Indústria de Transformação (% total do Brasil)						
	1949	1959	1970	1985	1996	2008	2011
Norte	0,7	0,9	0,8	2,5	4,2	5,3	4,7
Nordeste	9,1	6,9	5,7	8,6	7,3	9,6	9,6
Sudeste	76,5	79,3	80,7	70,8	68,5	61,2	59,5
SP	48,9	55,6	58,2	51,9	50,9	41,4	40,8
RMSP	32,4	41,0	43,5	29,4	24,5	16,1	12,8
Sul	13,2	12,3	12,0	16,7	17,8	20,1	21,4
Centro-Oeste	0,5	0,6	0,8	1,4	2,2	3,8	4,9

Fonte: Ipeadata. 1939-1985: Cano (2008); 1996-2011: IBGE/Pesquisa Industrial Anual/Contas Nacionais/Contas Nacionais Trimestrais. Legenda: SP: estado de São Paulo; RMSP: Região Metropolitana de São Paulo.

Elaboração: autores.

Em que pesem os desequilíbrios dinâmicos da economia brasileira, típicos de país de capitalismo tardio, em função dos limites financiamento interno e externo (Tavares e Belluzzo, 1982), a economia brasileira manteve o processo de ISI no período de 1930 a 1980, a despeito das particularidades espaciais e temporais, nos âmbitos políticos, sociais e econômicos. Contudo, a ISI não resolveu o problema da ausência do núcleo endógeno do progresso técnico, da elevada desigualdade de renda e extrema pobreza, caos urbano, entre outros (Tavares e Belluzzo, 1982; Cano, 2007b).

Os dois choques do petróleo, mas, principalmente, a elevação unilateral da taxa de juros norte-americana em 1979, foram fatores externos que impactaram a dinâmica da economia brasileira. A mudança do padrão de acumulação global (financeirização) trouxe novos elementos de instabilidade econômica, inclusive no movimento nos fluxos voluntários de capitais, sobretudo na América Latina (Fiori e Tavares org., 1997; Fiori org., 1999). Além disso, nesta década tem início a difusão de inovações em setores como química fina, telecomunicações e informática com impactos sobre os processos de gestão e organização industrial, a chamada terceira revolução industrial. O comércio internacional também se reconfigura, por meio da distribuição global da produção das partes, peças e componentes, por meio das “cadeias globais de valor” (Hiratuka e Sarti, 2015).

3. Esgotamento do processo modelo ISI, desindustrialização e impactos nas articulações regionais

Ao final do II PND o Brasil tinha uma estrutura manufatureira nos moldes do padrão tecnológico da segunda revolução industrial (Carneiro, 2002). Nele se observavam efeitos de encadeamentos generalizados (Hirschman, 2008), ou seja, conexões setoriais, regionais e fiscais. Em que pese esta mudança na estrutura produtiva brasileira, o crescimento com endividamento externo¹⁰ encontrou seus limites na eclosão da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro em 1982, que contribuiu para o esgotamento do modelo de ISI.

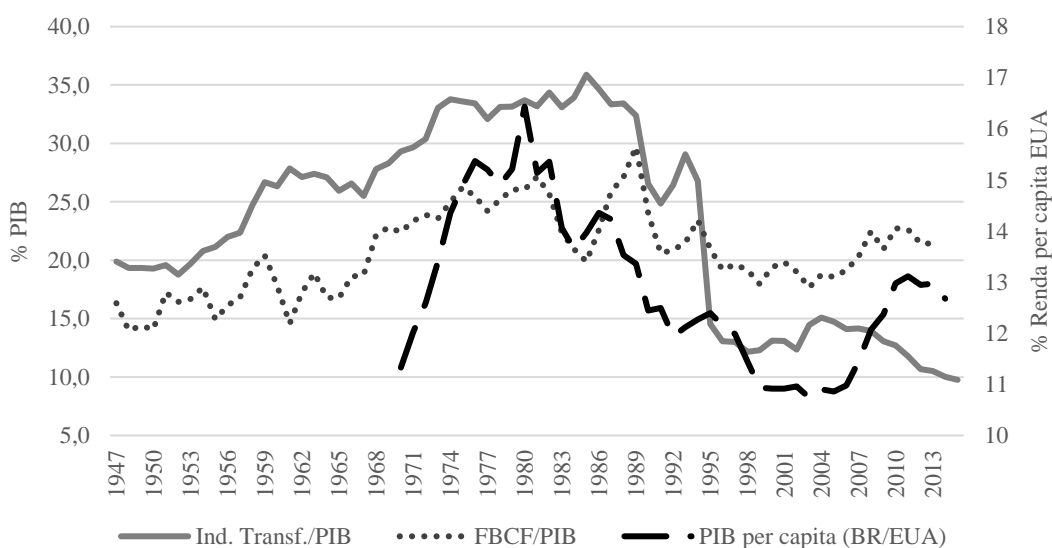
A crise da década de 1980 marcou o início de uma crise de longa duração no Brasil. Houve redução das taxas médias de crescimento do PIB¹¹, aceleração do processo inflacionário e transferências de recursos reais ao exterior, por meio do “ajuste exportador”. Assim, o mercado interno foi sacrificado, levando, inclusive, a aumento da heterogeneidade social e setorial com benefício para setores exportadores, sobretudo de bens intermediários (Carneiro, 2002).

¹⁰ Destaca-se, no plano interno, o processo de gestão da dívida pública. Durante os anos 1970 houve “estatização da dívida”, por meio do avanço da dívida das estatais e assunção pelo governo brasileiro do risco da variação cambial de dívidas externas (Cruz, 1995).

¹¹ Que lançou luz sobre a possibilidade de uma “década perdida”.

As taxas de crescimento do PIB e da indústria de transformação do estado de São Paulo foram em média inferiores às obtidas pelo país, mas agora as variações foram em baixos patamares, assim, houve um processo de desconcentração produtiva espúrio¹² (Cano, 2008). Reduzem-se, portanto, os efeitos de complementaridade regional, setorial e fiscal estabelecidos no período da ISI, ou seja, dos efeitos de encadeamento e das relações intra e interdepartamentais industriais fragilizando nexos produtivos e regionais. O setor manufatureiro ficou em segundo plano na agenda política e econômica, dando lugar ao combate à inflação e à dívida externa. A mudança dos rumos da política econômica revelou, a partir de 1985, um processo de redução persistente do grau de industrialização na economia brasileira (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Grau de industrialização, taxa de investimento e PIB per capita



Fonte: Ipeadata. Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. UnctadStat.
Elaboração: autores.

A década de 1990, por sua vez, ficou conhecida pelas “reformas neoliberais” (Batista, 1994). Elas podem ser entendidas por meio das políticas monetárias e fiscais restritivas, processos de abertura comercial e financeira, e tendência à manutenção da moeda em patamar valorizado (Carneiro, 2002; Oliveira, 2012). Estas medidas foram acompanhadas pela redução do papel do estado na economia, por meio, por exemplo, das privatizações e redução do investimento estatal, bem como pela abertura comercial e financeira. Em 1994, com o Plano Real, encontrou-se, principalmente por meio da âncora cambial, um caminho para o controle do processo inflacionário, porém reduzindo os graus de liberdade da política econômica (Cano, 2000). Com o baixo dinamismo do PIB e da indústria de transformação que se obteve nas décadas de 1980 e 1990 houve

¹² Os mecanismos de “guerra fiscal” tiveram papel relevante para o processo de desconcentração produtiva regional no Brasil, principalmente após 1994. Para uma análise deste processo ver Cardozo (2010).

impactos nas dinâmicas urbano-regionais e migratórias, tendo a indústria paulista diminuído seus impactos na atração populacional (Baeninger, 2004; Cano, 2008).

Nesta década, o processo de desindustrialização avançou, com impactos substantivos sobre as articulações erigidas no período de ISI. Assim

“(…) a partir do momento em que o *motor* do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. (...) a integração regional com o exterior se fará por vários meios, em detrimento da articulação em nível nacional” (Furtado, 1992, p. 32, grifos do autor).

Ou seja, no processo de “integração competitiva”, empresas optaram por realizar sucessivos “ajustes defensivos”, principalmente na defesa das margens de lucro, com mudança nas estratégias empresariais e avanços nos processos de terceirização e subcontratação (Coutinho e Ferraz, 1994; Silva e Laplane, 1994). Ademais, ficou patente o avanço da internacionalização da estrutura produtiva, com fortalecimento do papel do capital estrangeiro, via compra de matrizes e filiais de empresas privadas ou estatais (por meio das privatizações), ou, até mesmo, em novos investimentos, voltados, principalmente, para o mercado interno (Laplane, Coutinho e Hiratuka Org., 2003).

Ainda mantendo certa diversificação industrial, destacou-se como um dos principais elementos da desindustrialização a desarticulação de cadeias produtivas. Assim, os desejáveis efeitos de encadeamento, sobre renda, emprego, tributos e progresso técnico, ocorreram em menor grau, vazando sob a forma de importações, diminuindo, assim, os efeitos multiplicadores em território nacional em setores da economia brasileira e tendo impactos sobre o principal estado industrial brasileiro. Sobre a desindustrialização brasileira e sua dinâmica ligada à economia paulista¹³:

“Essa organização sistêmica se deu, no Brasil, situando em São Paulo o lócus principal da variável motriz do crescimento industrializante: o investimento industrial. Portanto, a interpretação do comportamento da indústria paulista, mais do que isso, sua regressão, é o ponto central da interpretação de como o sistema econômico [nacional] está reorganizando seus pontos regionalmente dinâmicos ou, em outro caso, como a coerência industrial do sistema está sendo [re]organizada” (Costa, Funari e Matos, 2013, p. 21)

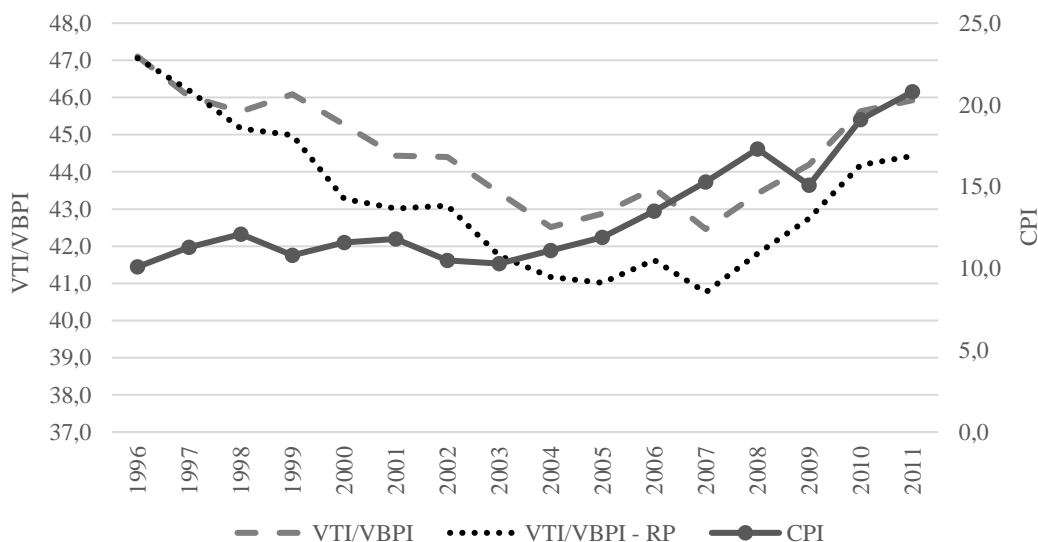
O esgotamento do Plano Real levou à mudança na gestão da política macroeconômica em 1999 sob a égide do tripé macroeconômico e avanço das reformas neoliberais. Mesmo com a política econômica amarrada sob o tripé macroeconômico, a expansão do consumo (dada expansão do crédito, valorização do salário mínimo e programas sócias) e o crescimento das exportações (puxadas por produtos básicos principalmente com destino à China), foram vetores que elevaram a

¹³ Para um balanço da desindustrialização no estado de São Paulo ver Mattos (2015).

demanda agregada na primeira década dos anos 2000. A retomada do crescimento acentuou o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho posta desde as reformas estruturais dos anos 1990 como grande fornecedor de produtos intensivos recursos intensivos em recursos naturais e também como plataforma de valorização financeira. Com o aquecimento da demanda houve nova rodada de modernização dos padrões de consumo, tendo, assim, o papel de realização da superprodução mundial, principalmente da China¹⁴.

Porém, a retomada do dinamismo da demanda não foi acompanhada em mesmo ritmo pela oferta. A manutenção das políticas monetária, fiscal e cambial em caráter restritivo foi um dos principais fatores determinantes para que o baixo dinamismo manufatureiro, embora fossem retomados os temas da política industrial¹⁵ e regional no Brasil. Observou-se redução da diversificação produtiva, concentração setorial e reprimarização da inserção externa (Sampaio, 2015). Certas empresas readaptaram suas estratégias, deixando de produzir os bens finais, passando a importá-los, e redirecionando esforços para os canais de distribuição e vendas. De outro modo, capitais que eram predominantemente produtivos passaram a ter caráter mercantil-financeiro. A substituição do produto final nacional pelo importado se manifestou, portanto, como uma forma de desindustrialização, com impactos mais profundos do que os promovidos pelo esgarçamento do tecido produtivo (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Relação VTI/VBPI e Coeficiente de penetração das importações da manufatura brasileira (em %)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual. CNI – Coeficientes de Comércio Exterior.

Legenda: VTI/VBPI: Relação entre valor de transformação industrial e valor bruto da produção industrial; VTI/VBPI – RP: relação dentre valor da transformação industrial e valor bruto da produção industrial exceto Refino de Petróleo; CPI: coeficiente de penetração das importações.

Elaboração: autores.

¹⁴ Para o efeito-China consultar Pinto e Gonçalves (2015).

¹⁵ Para um balanço da política industrial desde os anos 1990 ver Cano e Silva (2010).

No gráfico 2 é possível observar queda do indicador de adensamento de cadeias produtivas, que é a relação entre valor da transformação industrial (uma medida de valor adicionado) e o valor bruto da produção industrial. Quanto menor a relação percebe-se diminuição do valor adicionado por unidade de produto. A queda é mais sensível quando retirado o setor de refino de petróleo, setor industrial com elevada verticalização e que tem seus efeitos comandados pela Petrobrás, empresa cujo maior acionista é o governo federal. Além disso, neste mesmo gráfico também é possível observar a queda do coeficiente de penetração das importações, relação entre importações e consumo aparente, que é um indicador de aumento da participação de produtos industriais importados relativamente à produção nacional. Quanto mais elevado o indicador se situa, maior é a importação de bens no setor.

O estouro da crise internacional de 2008, com redução da liquidez externa e da demanda internacional, bem como o elevado endividamento das famílias e das empresas colocaram em cheque a continuidade da trajetória de crescimento da economia brasileira no início do século XXI. Com o esgotamento das medidas anticíclicas, a década de 2010 é marcada pela retomada das baixas taxas médias de crescimento. Na indústria, as taxas médias de variação são negativas, o que aponta para a redução da produção manufatureira indicando uma desindustrialização absoluta. Em 2015 e 2016 as políticas de austeridade produziram efeitos nefastos sobre a economia, com impactos profundos sobre o setor industrial, particularmente nos bens de capitais (Tabela 2).

Tabela 2 – Taxa de variação da produção física da indústria de transformação do Brasil por categorias de uso-destino (em %)

Categoria	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BK	2,4	20,6	3,4	5,0	19,2	16,1	-16,5	21,3	5,0	-11,2	12,2	-9,3	-25,4
BI	1,9	7,0	0,7	1,6	4,4	1,6	-8,0	10,4	0,0	-1,6	0,4	-2,4	-5,1
BC	-2,8	8,1	6,3	3,8	5,2	1,9	-2,8	7,0	-0,4	-0,5	2,6	-2,3	-9,5
BCD	0,7	21,4	8,5	7,4	10,9	3,5	-2,7	11,6	-3,0	-1,4	4,4	-9,1	-18,8
BCSD	-3,5	5,1	5,8	2,9	3,6	1,4	-2,9	5,5	0,4	-0,2	2,0	-0,1	-6,7

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física.

Legenda: BK: bens de capital; BI: bens intermediários; BC: Bens de consumo; BCD: bens de consumo duráveis. BCSD: bens de consumo semiduráveis.

Elaboração própria

A desindustrialização brasileira ocorre juntamente com aspectos da desarticulação de esferas macroeconômicas, microeconômicas e regionais e que foram construídos no período de industrialização, que levou a constituição de um sistema econômico nacional. Adicionalmente, com o avanço do capital internacional na estrutura produtiva, por meio da desnacionalização se reconfiguram os centros de decisão, agora mais voltados para o exterior (Sposito, 2016).

4. O desempenho manufatureiro na economia paulista no século XXI: um balanço por microrregiões

A economia paulista teve papel central no processo de articulação produtiva e regional no período de industrialização (1930-1980). No período após 1985, quando se percebe uma redução no longo prazo do grau de industrialização, essas articulações vão se tornando mais rarefeitas, com impactos urbanos e regionais não desprezíveis:

“a inserção externa – e seu perfil traçado pela política econômica – foi muito mais impactante na organização territorial, seja pela continuidade da itinerância da agricultura, seja pelos efeitos espaciais do crescimento da extrativa, seja pelo crescimento generalizado do terciário que acompanha a urbanização extensiva, ou ainda, pelo efeito da realocação de empresas da indústria de transformação que, buscando atingir o mercado externo, se direcionaram para regiões fora do core industrial do país, reforçando a desconcentração regional da produção. (...) As importações, ligando-se a uma nova rodada de modernização nos padrões de consumo (...) dada a política cambial vigente, cresceram fortemente e impuseram importantes perdas à indústria de transformação, com impactos regiões não desprezíveis em decorrência do enfraquecimento de elos de cadeias produtivas” (MOTA 2010, p. 91-92).

As dinâmicas urbano-regionais passam a ser determinadas mais pelas articulações externas, segundo as necessidades concretas de valorização do capital. No bojo destas transformações, reestruturou-se a função do principal polo econômico do país, a economia paulista e, mais especificamente, de sua capital e região metropolitana.

Diniz e Campolina (2007, p. 35) afirmaram que “(...) a queda do emprego na indústria foi mais que compensada pelo aumento do emprego nos setores de comércio e serviços, indicando uma forte reestruturação produtiva e não um processo de desindustrialização como ocorrido nos Estados Unidos e Inglaterra”. Segundo estes autores, rearticularam-se os subespaços regionais, principalmente na região metropolitana, alterando-se suas funções, destacando-se o de centro financeiro e sede do sistema bancário – fato que denota o processo de intermediador com o capital internacional, bem como sede de serviços sofisticados, ligados à processos produtivos ou não (como entretenimento), em vista da presença de forte infraestrutura de ciência e tecnologia. Os processos produtivos foram levados para áreas urbanas próximas, como Campinas, São José dos Campos e Sorocaba, inclusive para reduzir as deseconomias de aglomeração. Portanto, a RMSP aparece, nesta nova configuração, como uma cidade-região global.

Por sua vez, Pádua (2010, p. 120) argumentou que:

“No caso específico de nossa pesquisa sobre um espaço de desindustrialização [absoluta] em São Paulo, se trata da constituição de novas centralidades promovidas também por poderosos agentes econômicos, voltadas para a moradia e consumo (lazer, serviços) da classe média alta, em espaços de desindustrialização, colocando em suspenso a permanência da população que aí mora, formada por uma classe média-baixa. Dessa forma, assim como nos Estados Unidos (...) o que está em jogo também são os processos de renovação, requalificação e gentrificação”.

Percebe-se, segundo Pádua, que o processo de desindustrialização na economia paulista, particularmente em sua região metropolitana, tem impactos diretos sobre a requalificação de espaços urbanos, que se refletem na forma de sociabilidade urbana e no uso e ocupação do solo, temas, dentre outros, relacionados ao “direito à cidade” (Harvey, 2012). Ruínas industriais transformam-se em mera propriedade de terra, que busca ser valorizada no tempo e no espaço, com avanço da segregação socioespacial.

Em uma outra perspectiva, que buscou analisar o desempenho dos indicadores de produção e de mercado de trabalho da indústria de transformação, principalmente para a RMSP, Fagundo (2008) mostrou que se pode falar em desindustrialização e desconcentração produtiva nos anos 1980 e 1990, mas esta tendência arrefeceu na primeira metade dos anos 2000, em vista, inclusive, da retomada do crescimento econômico. Alguns indicadores clássicos de desindustrialização e de desconcentração produtiva regional no estado de São Paulo, considerando 13 principais microrregiões industriais, podem ser observados na tabela 3 e na figura 1. Nelas é possível evidenciar a manutenção da importância da microrregião de São Paulo, porém com diminuição tanto de seu grau de industrialização, quanto na participação no valor adicionado industrial, esta última, que evidencia a desconcentração produtiva.

Tabela 3 – Indicadores agregados das principais microrregiões industriais do estado de São Paulo (em %)

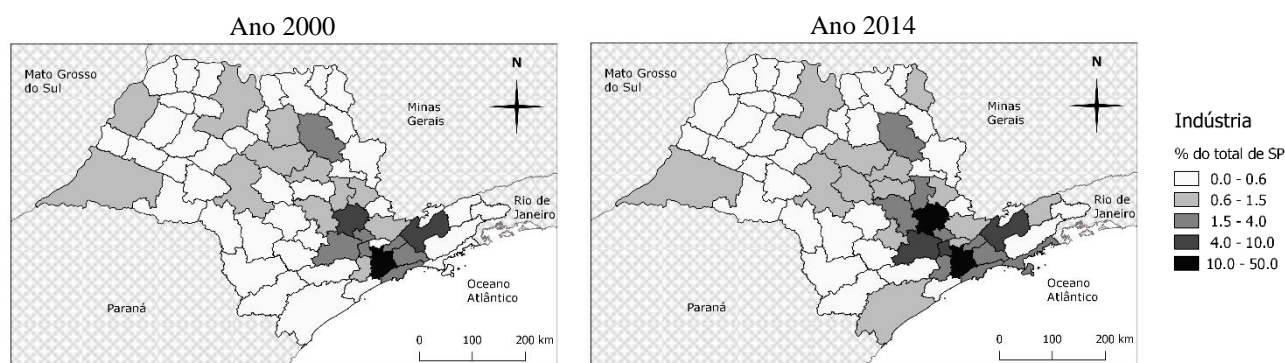
Microrregião	Posição na Indústria ¹ (un.)				Participação no valor adicionado industrial ¹				Participação no PIB				Grau de industrialização ¹ (Ind/PIB)			
	2000	2005	2010	2014	2000	2005	2010	2014	2000	2005	2010	2014	2000	2005	2010	2014
São Paulo	1	1	1	1	41,3	37,1	30,3	28,2	42,3	43,0	42,2	40,3	38,3	23,0	16,1	12,9
Campinas	3	2	2	2	7,8	9,3	11,6	10,1	7,7	7,7	8,3	8,1	39,7	32,5	31,3	22,8
São José dos Campos	2	3	3	3	9,5	6,8	7,4	6,3	6,1	4,0	4,0	3,6	61,0	45,4	41,3	32,1
Sorocaba	6	6	4	4	3,0	3,5	4,5	5,3	2,7	2,7	3,0	3,5	43,5	34,6	33,4	28,1
Osasco	4	4	5	5	3,8	4,6	4,1	4,2	4,2	6,5	7,3	7,5	35,0	18,9	12,6	10,3
Jundiaí	9	9	7	6	2,5	2,5	3,8	3,8	1,9	2,0	2,7	2,9	50,4	32,5	32,0	24,7
Guarulhos	5	5	6	7	3,5	4,3	3,8	3,6	3,5	3,2	3,0	3,0	39,7	35,5	28,7	21,8
Mogi das Cruzes	8	8	8	8	2,5	2,6	3,0	3,2	2,1	1,8	2,1	2,1	47,9	37,9	32,8	28,1
Piracicaba	14	14	13	9	1,2	1,4	1,8	2,3	1,2	1,1	1,3	1,5	41,2	33,2	31,0	28,1
Itapeçerica da Serra	11	12	10	10	1,4	1,5	2,1	2,1	1,5	1,5	1,6	1,7	38,6	26,8	28,7	23,6
Limeira	12	13	12	11	1,3	1,4	1,9	2,1	1,2	1,2	1,2	1,2	44,1	31,0	35,1	31,6
Ribeirão Preto	10	10	11	12	1,5	2,1	2,0	1,9	1,9	2,2	2,1	2,2	31,6	25,7	21,3	16,2
Santos	7	7	9	13	2,6	3,1	2,8	1,7	2,9	3,7	2,7	2,6	35,3	22,3	23,3	11,8
Total (SP=100%)	-	-	-	-	82,0	80,1	79,2	74,8	79,1	80,7	81,5	80,2	-	-	-	-

Nota: ¹ Inclui indústria extrativa, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

Fonte: IBGE – PIB municipal – Divisão Territorial do Brasil.

Elaboração: autores

Figura 1 – Valor adicionado industrial bruto¹ nas microrregiões paulistas (em %)



Fonte: IBGE – PIB municipal – Divisão Territorial do Brasil.

Nota: ¹ Inclui indústria extrativa, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública. Elaboração autores

Segundo Torres (2012, p. 69) é possível explicar a desconcentração produtiva da capital paulista (Figura 1, Tabela 316) do seguinte modo:

“Tal desconcentração se daria para áreas próximas, no campo aglomerativo de São Paulo; a região continuaria a reter as atividades associadas à capacidade de comando; a desconcentração seria ‘concentrada espacialmente’, sem alterar os padrões nacionais de distribuição de atividades produtivas; a região manteria as atividades intensivas em conteúdo tecnológico, bem como aquelas articuladas aos principais circuitos comerciais e financeiros do país; a desconcentração seria limitada setorialmente, com tendência a reconcentração em alguns setores; a desconcentração industrial seria limitada a setores secundários, devendo ser interpretada de modo associado ao fortalecimento da região como centro de serviços”.

Houve um adensamento da estrutura de ciência e tecnologia no interior do estado de São Paulo, com presença de universidades e centros de pesquisa de porte mundial, aliado à presença de uma infraestrutura de transportes e telecomunicações privilegiada (Pinto, 2007). O avanço dessa infraestrutura de C&T esteve ligada, no caso paulista, à “interiorização do desenvolvimento”, que tem suas origens no final dos anos 1970, mas se consolida como política a partir da década de 1980 (Pacheco, 1998). Elas são capazes de constituírem uma espécie de “campo aglomerativo”, sobretudo nas regiões mais próximas à capital, como Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Santos, Osasco, Jundiaí e Guarulhos (Kalemkarian e Aparício, 2013), que operam como fatores de atração de empresas nacionais e estrangeiras em distintos ramos, inclusive naqueles de maior complexidade tecnológica, dentre eles, aquelas ligados aos ramos manufatureiro, agroindustrial e serviços intensivos em conhecimento.

A existência de um “campo aglomerativo” no entorno da região metropolitana é um fator de atração locacional de investimentos. Seguindo a tendência mundial, posta pelas novas formas de gestão e de organização da produção, mormente pelo processo de internacionalização da produção e da formação de cadeias globais de valor, a modernização de parte do parque produtivo se dá de

¹⁶ Os dados da Figura 1 e da Tabela 3 sobre o valor adicionado industrial devem ser vistos com cautela, na medida em que as estatísticas do PIB Municipal estão agregadas, ou seja, incorporam a indústria extrativa, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (SIUP). Porém, constituem a base de dados disponível para análise.

forma mais articulada diretamente com o exterior. Nesse sentido, é possível afirmar que a existência de um “campo aglomerativo”, por si só, não garante a totalidade dos desejáveis efeitos de encadeamento generalizados e geração de impactos positivos sobre a renda, emprego e progresso técnico, como havia sido gestado no ISI. O efeito multiplicador do crescimento manufatureiro em São Paulo e em seu interior tornam-se, assim, com menor impacto na economia regional e nacional, dada a sua baixa integração setorial e regional, gerando, ademais, um problema para o Balanço de Pagamentos: o aumento do déficit comercial do setor manufatureiro (Tabela 4).

Tabela 4 – Saldo comercial de microrregiões do estado de São Paulo (US\$ milhões)¹

Microrregião	2000					2005				
	AIT	MAIT	MBIT	BIT	NIT	AIT	MAIT	MBIT	BIT	NIT
São Paulo	-1,32	-1.209,85	-77,53	421,36	56,78	-1.478,83	1.548,65	777,49	1.347,12	350,91
Campinas	-794,70	-1.161,03	102,42	38,45	-12,81	-1.091,63	-655,74	194,92	99,16	-72,46
São José dos										
Campos	1.066,56	-127,14	43,71	-48,27	-16,48	1.644,66	845,79	-55,34	25,63	-37,05
Sorocaba	-118,02	-111,82	162,19	-19,94	-4,59	-70,43	-38,05	329,85	57,33	12,87
Osasco	-350,16	-585,75	-78,34	42,61	-8,04	-364,89	-464,60	-5,51	267,36	44,49
Jundiaí	-30,43	57,41	-22,71	-39,98	-7,86	-105,87	115,39	28,77	72,79	-30,51
Guarulhos	-69,08	-282,20	4,18	-34,81	212,95	-204,06	-160,71	42,91	-4,13	699,27
Mogi das										
Cruzes	-90,38	-112,50	-11,46	49,63	-3,73	-110,17	-25,78	0,85	291,91	-26,17
Piracicaba	-36,00	29,63	-13,62	142,04	5,92	-41,93	515,93	90,52	435,31	-9,88
Itapeçerica da										
Serra	-249,96	-178,77	-29,02	-6,93	-11,19	-283,73	-152,49	-0,23	12,22	-21,20
Limeira	44,08	122,62	7,71	89,82	39,32	36,66	162,11	53,07	294,55	63,46
Ribeirão Preto	1,85	-7,36	6,81	51,45	-0,38	11,88	27,49	101,46	250,41	17,49
Santos	-18,99	-292,17	254,50	320,60	-61,25	-11,36	-323,29	552,61	740,89	750,73
Total	-646,55	-3.858,92	348,84	1.006,01	188,65	-2.069,71	1.394,69	2.111,36	3.890,54	1.741,92
Estado de SP	-1.991,16	-3.955,60	-406,37	2.855,80	-166,05	-2.217,47	1.923,13	2.717,65	8.482,96	14,17
Microrregião	2010					2014				
	AIT	MAIT	MBIT	BIT	NIT	AIT	MAIT	MBIT	BIT	NTI
São Paulo	-4.001,48	-2.587,12	1.137,35	2.240,93	334,13	-4.234,19	-3.190,69	-862,03	327,40	1.566,39
Campinas	-2.536,25	-3.116,19	-336,59	36,20	-72,28	-4.174,94	-5.262,80	-550,25	-40,86	81,79
São José dos										
Campos	1.539,53	113,86	-323,51	-41,50	-55,43	863,83	-1.167,81	-651,71	-116,35	-46,10
Sorocaba	-531,21	-610,33	-2,22	-71,51	-27,79	-916,19	-1.456,32	-398,64	-136,53	-9,36
Osasco	-822,80	-1.862,54	-422,42	-534,94	-24,61	-1.299,05	-1.724,67	-185,90	-670,41	-88,50
Jundiaí	-1.006,46	-762,73	-185,03	-104,70	-125,19	-1.185,70	-842,48	-413,17	-333,46	-25,83
Guarulhos	-376,21	-973,58	-249,90	-98,73	971,60	-260,56	-995,14	-230,24	-364,98	1.681,44
Mogi das										
Cruzes	-308,26	-474,11	-72,04	192,56	-7,64	-306,81	-418,99	-98,36	153,35	-8,07
Piracicaba	-137,19	349,98	-158,32	41,97	-44,41	-374,57	200,95	-231,21	20,55	-80,24
Itapeçerica da										
Serra	-872,92	-440,15	-70,51	-83,60	-13,13	-833,65	-518,11	-158,66	-315,38	-18,11
Limeira	-4,06	139,85	81,57	495,53	32,23	-85,35	-282,53	49,28	408,68	8,77
Ribeirão Preto	4,69	95,32	74,76	947,02	27,33	-24,31	56,88	74,54	688,71	30,14
Santos	-31,42	-691,01	971,63	1.664,91	1.391,60	-25,64	-827,36	1.226,53	1.339,79	2.044,25
Total	-9.084,06	10.818,75	1.829,94	4.684,13	2.386,42	12.857,13	16.429,08	2.429,81	960,51	5.136,56
Estado de SP	-9.745,43	11.195,72	3.787,72	13.351,62	330,80	13.770,22	17.960,91	6.610,43	10.635,33	611,16

Fonte: MDIC – Aliceweb. Dados municipais.

Nota: ¹ Classificação industrial a partir de Sampaio (2015). Legenda: AIT: Alta Intensidade Tecnológica; MAIT – Média-Alta Intensidade Tecnológica; MBIT: Média-Baixa Intensidade Tecnológica; BIT: Baixa Intensidade Tecnológica; NIT: Não classificado como Indústria de Transformação.

Elaboração: autores.

O caso da desindustrialização da economia paulista, principalmente de sua região metropolitana, tem suas especificidades, dada a sua complexidade, hegemonia e papel na articulação produtiva e regional nacional. Porém, como se trata do principal ponto de articulação com as demais regiões do país, e, entendendo que se passa por um processo de desarticulação do sistema econômico nacional, não se pode negar a hipótese de desindustrialização na economia paulista. Segundo Mattos (2015, p.122),

“Pode-se observar um quadro claro de regressão da estrutural industrial (...). Vimos que a indústria sofre de uma longa tendência à redução em sua agregação de valor, com aumento de participação de componentes importados, e que o estado, tal como o país, experimentou aumentos em suas importações industriais, principalmente de bens finais. Similarmente, o emprego industrial perdeu participação, a importância da indústria de transformação nas compras e vendas do estado (...) perdem importância e diminuem seu crescimento (...). À luz dessas evidências, parece muito claro que o estado de São Paulo foi o epicentro das opções políticas que privilegiavam outros tipos de acumulação, fora do estado e regionalmente menos integrado, e da crise industrial brasileira, sofrendo uma fragilização de sua estrutura industrial, com crescimento baixo e restrito a poucos setores, caracterizando um processo indubitável de desindustrialização em curso”.

O processo de desindustrialização brasileiro está intimamente ligado com a dinâmica produtiva paulista e com as conexões intra e interdepartamentais na manufatura que ela lidera, bem como às mudanças institucionais, patrimoniais e da condução da política econômica no Brasil nas últimas décadas. As transformações das forças produtivas da capital paulista, atualmente mais voltada para serviços financeiros e outros de maior intensidade tecnológica, aponta que o principal vetor de dinamismo econômico não é mais aquele que foi vigente no período de avanços no processo de industrialização brasileira. Por esta razão, a economia paulista pode ser considerada como o epicentro regional da desindustrialização prematura brasileira.

Os efeitos dinâmicos decorrentes das conexões espaciais e setoriais que se estabeleceram no período anterior de industrialização encontram-se menos concentrados no principal polo econômico nacional, com impactos sobre a estruturação urbana e migratória. Na ausência de uma agenda nacional de desenvolvimento, ou seja, de continuação do enfraquecimento dos centros internos de decisão, a desindustrialização avança e, com ela, a crise de longo prazo da economia brasileira.

5. Considerações finais

A industrialização do Brasil tem raízes na acumulação do complexo cafeeiro do Oeste Paulista, na virada do século XIX para o XX, com a ruptura do modelo primário-exportador ocorrida a partir do crash de 1929. Em que pese os limites do desenvolvimento das forças produtivas no país, ao longo de meio século foi montado um dos mais amplos e diversificados

parques industriais na periferia capitalista, encontrando no estado de São Paulo, e em seu perímetro metropolitano, seu principal território de crescimento e articulação.

Com o parque produtivo mais amplo, diversificado e tendo centralidade nas conexões intra e interssetoriais com as demais regiões do país, a economia paulista foi o centro econômico da constituição do sistema produtivo nacional, e ponto de irradiação de laços de “solidariedade regional”. Ao final da década de 1970, mesmo com desequilíbrios macroeconômicos profundos, a indústria brasileira encontrava-se regionalmente integrada em consequência dos esforços realizados tinha atingido o patamar do padrão tecnológico da segunda revolução industrial. Contudo, a crise fiscal e financeira do Estado e a condução da política econômica nas décadas seguintes, colocaram as bases do sistema produtivo em novo e longo processo de decadência.

Desde a década de 1980 a tendência é de baixa taxa média de crescimento do produto, da renda per capita e da indústria. Não só é evidente a redução da participação da manufatura na riqueza nacional, mas também resulta alarmante a redução de sua diversificação e o esgarçamento do tecido produtivo. A questão agravou-se a partir da década de 2010, onde persiste, em médio prazo, taxa média negativa de crescimento da indústria de transformação, com redução do valor real de sua produção.

A hegemonia paulista, e seu papel como principal centro econômico do país, não foi contestada ao longo das décadas de declínio industrial. A despeito do processo de desconcentração produtiva, desde os anos 1970, ainda se registra uma elevada concentração da riqueza e da produção no estado, bem como no perímetro metropolitano da cidade de São Paulo. Mesmo com a baixa mobilidade na hierarquia da produção industrial entre as microrregiões, percebem-se três movimentos particulares neste início de século: tendência generalizada de redução do grau de industrialização; tendência de redução do peso da microrregião de São Paulo no total da produção industrial estadual, com manutenção da concentração em poucos subespaços regionais, em geral no seu entorno; aumento do déficit comercial, principalmente nos setores manufatureiros de maior densidade tecnológica, o que indica para maior dependência tecnológica, de insumos e integração produtiva com o exterior.

Com o esgotamento do modelo de ISI, e a subsequente desarticulação do tecido produtivo, deixaram de se agregar os novos setores industriais, tais como o das telecomunicações e informática, aumentando, assim, o gap tecnológico. Com o processo de integração competitiva, na década de 1990 São Paulo perdeu espaço na articulação produtiva, principalmente para o exterior. Se no período da industrialização, o desenvolvimento produtivo teve papel fundamental na urbanização e movimento migratório, na etapa da desindustrialização, esses movimentos são

reconfigurados, com base em uma estrutura produtiva mais heterogênea, menos diversificada e com menor capacidade de geração de efeitos de encadeamento generalizados.

O artigo demonstrou que houve mudança do papel da capital paulista, tendo em vista que lá foi centralizado o poder de comando do sistema financeiro e de serviços de toda natureza, inclusive os de maior valor agregado. Este movimento resultou em mudanças no uso e ocupação do solo, com aumento da segregação socioespacial, levando ao aprofundamento da heterogeneidade, com reflexos diferenciados no espaço. Assim, a desarticulação do sistema econômico tem impactos profundos sobre o processo de estruturação urbana e migratória acompanhada de enfraquecimento dos centros internos de decisão.

O processo de desindustrialização é nacional, mas são claros e diferenciados os seus impactos locais e regionais em termos de perdas de participação da indústria no PIB, no valor agregado da indústria, de engajamento da industrial regional e local no comércio exterior, de relações empresariais e das articulações regionais. Ao todo, o processo inicialmente virtuoso que levou à interiorização do desenvolvimento, pode ser retraído ao ponto de transformar o principal território da industrialização do país em seu contrário, ou seja, a cidade de São Paulo e sua região metropolitana, tornam-se espaços de desindustrialização. Por se tratar da região brasileira que conta com o mais amplo e diversificado parque industrial, são grandes os riscos e impactos das desarticulações condicionadas de fatores internos e externos, macro e microeconômicos. O desenvolvimento de um país não fica isento da desindustrialização como forma de desatar laços comerciais e produtivos nos âmbitos setoriais e regionais. Cabe, portanto, à retomada da discussão do projeto nacional de desenvolvimento para que nele se possa analisar o papel da indústria, da base técnica e tecnológica e as possibilidades da região de São Paulo neste processo.

6. Referências Bibliográficas

BAENINGER, R. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambú/MG, 2004. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 2004.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <www.consultapopular.org.br>. Acesso em 14 jan 2017.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

_____. Furtado: a questão regional no Brasil e a agricultura itinerante no Brasil. In.: CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007b

_____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

_____. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 15, jul-dez 2014.

_____. SILVA, A. L. G. Política industrial do governo Lula. **Texto para discussão** (181), Campinas, IE/Unicamp, 2010.

CARDOZO, S. A. **Guerra fiscal dos portos e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. Tese de doutorado do IE/Unicamp, 2010.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

COSTA, D.; FUNARI, A.; MATTOS, L. Evidências da desindustrialização no Brasil e no estado de São Paulo entre 1989 e 2010. **Anais do IV Seminário internacional sobre desenvolvimento regional**, Santa Cruz do Sul/RS: UNISC, set. 2013.

COUTINHO, L. FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: Ed. Papyrus, 1994.

CRUZ, P. R. D. C. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, ago. 1995.

DINIZ, C. C.; CAMPOLINA, B. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. **Eure**, Santiago/Chile, Vol. XXXIII, n. 98, pp. 27-43, maio de 2007.

FAGUNDO, L. M. C. **A indústria na região metropolitana de São Paulo: há um processo recente de desindustrialização?** Dissertação de mestrado em Economia Política pela PUC/SP, 2008.

FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1999.

_____.; TAVARES, M. C. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1997.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2007.

HAVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul dez, 2012.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. **Texto para discussão** (255), Campinas, IE/Unicamp, 2015.

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.

KALEMKARIAN, M.; APARÍCIO, C. Onde a indústria se fortalece no estado de São Paulo. **Primeira Análise SEADE**, São Paulo: Fundação SEADE, n. 1, abr. 2013.

LAPLANE, M.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (Org.). **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento (1974-1976): sonho e fracasso**. Campinas: Ed. IE/Unicamp, 1998.

_____; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise** Vol. 1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MATTOS, L. O. **Desindustrialização no estado de São Paulo entre 1989 e 2010**. Dissertação de mestrado do IE/Unicamp, 2015.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. Campinas: Ed. Facamp, 2009.

MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: Ed. Ipea, 2017.

MOTA, F. C. M. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 3, p. 89-114, set./dez. 2010.

OLIVEIRA, F. A. **Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

PACHECO, C. A. **A fragmentação da nação**. Campinas: Ed. IE/Unicamp, 1998

PADUA, R. A valorização de espaços de desindustrialização na metrópole: a produção do espaço como produção da segregação. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 28, 2010.

PINTO, E.; GONÇALVES, R. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 2 (54), pp. 449-479, ago 2015.

PINTO, G. C. R. Ciência e Tecnologia (C&T). In: CANO, W. *et al.* (Org.) **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. São Paulo: Ed. Alínea, 2007.

SAES, F. A controvérsia sobre a industrialização brasileira na primeira república. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 07, set-dez 1989.

SEADE – FUNDAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, Coleção Economia Paulista, 3 vols, 1988.

SAMPAIO, D. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. Tese de Doutorado do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2015.

_____. Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil (1985-2015). In: MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: Ed. Ipea, 2017.

SERRA, J. Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira no pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (org.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise** Vol. 1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

SILVA, A. L. G.; LAPLANE, M. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 3, n. 1 (3), dez. 1994.

SPOSITO, M. **A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização**. Dissertação de mestrado do IE/Unicamp, 2016.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Ed. IE/UNICAMP, 1998.

_____. BELLUZZO, L. G. M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (org.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise** Vol. 1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

TORRES, H. G. Afinal, desconcentração produtiva é ou não é relevante? A cidade de São Paulo no olho do furacão. **Novos Estudos**, São Paulo, 94, pp. 69-88, nov. 2012.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialization: ana analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge journal of economics**, pp. 433-466, 2009.

UNCTAD – UNITED NATIONS COMISSION ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Trade and development report**. Genebra, 2003.